

Diagnóstico Rápido Participativo  
do Abuso e Exploração

SEXUAL

IPUBI

de Crianças e Adolescentes  
nos municípios do Polo Gesseiro  
da Região do Araripe/PE



Diagnóstico Rápido Participativo  
do Abuso e Exploração

# SEXUAL

IPUBI

de Crianças e Adolescentes  
nos municípios do Polo Geográfico  
da Região do Araripe/PE



Coleção: Conhecendo  
a realidade para  
mudar vidas, V. 1

Recife, 2020

©2020, Centro Dom Helder Camara de Estudos e Ação Social (Cendhec)

Todos os direitos reservados. Qualquer parte dessa publicação pode ser reproduzida ou utilizada para fins educacionais desde que seja mencionada a fonte.

**Coleção: Conhecendo a realidade para mudar vidas**

Araripina, v.1;  
Bodocó, v.2;  
Ipubi, v.3;  
Ouricuri, v.4;  
Trindade v. 5

**FICHA TÉCNICA**

**Realização**

Centro Dom Helder Camara de Estudos e Ação Social

**Coordenação Editorial**

José Ricardo de Oliveira

**Organização e Pesquisa**

Nara Menezes

**Assistente de Pesquisa**

Adriana França

**Revisão Técnica**

José Ricardo de Oliveira

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Via Design

**Revisão de Texto**

Lidiane Santos

**EQUIPE TÉCNICA DO PROJETO**

Adriana dos Santos Oliveira  
Angélica Alves da Silva  
Maria Aldenice da Silva Souza Santos  
Maria de Fátima Ribeiro Soares  
Michele Rodrigues da Silva

**PESQUISA DE CAMPO**

Araripina – Maria Narylla de Sousa  
Bodocó – Cristiana Gomes de Freitas  
Ipubi – Navenna Coelho Pereira  
Ouricuri – Dilamara Carvalho de Medeiros  
Trindade – Maria Aldenice Mendes Feitosa

**Apoio**

KNH

**Parceria**

Pão para o Mundo  
OAK Foundation

**Uma publicação do Centro Dom Helder Camara de Estudos e Ação Social (Cendhec)**

Rua Galvão Raposo, 295 Madalena Recife – PE CEP 50 610 330

Fone: 55 81 3227 7122/ 3227 7662

e-mail: [cendhec@cendhec.org.br](mailto:cendhec@cendhec.org.br)

[www.cendhec.org.br](http://www.cendhec.org.br)

@cendhec



# SU MA RIO

## **LISTA DE GRÁFICOS**

### **Gráfico 1**

Registros de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes **11**

### **Gráfico 2**

Denúncias ao Disque 100 **12**

### **Gráfico 3**

Registros de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes **14**

### **Gráfico 4**

Denúncias de Violência sexual contra crianças e adolescentes em Pernambuco, por tipo **16**

### **Gráfico 5**

Crianças ou adolescentes vítimas de abuso e/ou exploração sexual que ingressaram no PAEFI/CREAS em Pernambuco, por tipo **17**

## **LISTA DE TABELAS**

### **Tabela 1**

Registros de violência sexual contra crianças e adolescentes em Pernambuco **15**

### **Tabela 2**

Violência sexual em Pernambuco por Natureza **16**

### **Tabela 3**

População 2010 (total, por gênero, rural/urbana, raça/cor e faixa etária) e estimativa populacional (2019) **22**

### **Tabela 4**

Indicadores educacionais **23**

### **Tabela 5**

População e vulnerabilidade social – famílias em situação de pobreza no município **24**

### **Tabela 6**

Dados secundários. Pesquisa de Campo – Perfil dos entrevistados **26**

## **Introdução 07**

### **Contexto nacional – Contexto Econômico e Social e Violência Sexual 09**

Dados oficiais 11

### **Contexto local – Violência Sexual em Pernambuco 13**

Contexto dos Municípios abrangidos pelo Projeto 17

O Polo Gesseiro em Pernambuco 18

### **Municípios – Contexto local, Situação da Violência sexual, Dados secundários e resultados da pesquisa de campo 20**

Ipubi 21

Aspectos Gerais 22

Atividades econômicas 22

População 22

Educação 23

Renda, ocupação e vulnerabilidade social 23

Ipubi – Violência Sexual no município 25

Dados resultantes da aplicação dos questionários nos órgãos e

Instituições do Sistema de Garantia de Direito do município 26

Perfil dos entrevistados 26

Sobre a violência sexual 26

Atuação em Rede 27

Formação 27

Conclusões sobre os achados do trabalho de campo em Ipubi 28

### **O que dizem crianças, adolescentes e famílias - Resultado das escutas nos municípios 30**

Considerações gerais sobre a escuta com Crianças 31

Desenvolvimento das atividades de escuta (metodologia, considerações sobre os encontros com as crianças) 32

Considerações gerais sobre as escutas com adolescentes 33

Desenvolvimento das atividades de escuta (metodologia, considerações sobre os encontros e avaliação do/as adolescentes) 34

Violência sexual na perspectiva do/as adolescentes 34

Conceitos de violência sexual 35

Escutas com Famílias 36

Considerações gerais sobre as escutas com famílias 36

Desenvolvimento das atividades de escuta (metodologia, considerações sobre os encontros e avaliação das famílias) 36

Violência sexual na perspectiva das famílias 37

### **Conclusões 39**

### **Recomendações para Ipubi 42**

### **Referências Bibliográficas 45**

INTRODUÇÃO

# A

violência sexual é um fenômeno que afeta, diariamente, crianças, adolescentes e jovens em todo o mundo. Estimativas globais indicam que, aproximadamente, uma em cada três mulheres (35%) sofreram violência física e/ou sexual por parte do parceiro ou de terceiros durante a vida<sup>1</sup>.

Segundo a Organização Panamericana da Saúde (OPAS), entre os fatores de risco para violência sexual estão:

- » Baixos níveis de educação (autores da violência sexual e vítimas da violência sexual);
- » Exposição ao maltrato infantil (autores e vítimas);
- » Experiência de violência familiar (autores e vítimas);
- » Uso nocivo do álcool (autores e vítimas);
- » Atitudes de aceitação da violência (autores e vítimas);
- » Desigualdade de gênero.

E, entre os fatores associados, especificamente, à violência sexual, se destacam ideologias que consagram os privilégios sexuais do homem e sanções legais fracas contra os atos de violência sexual.

No Brasil, o fenômeno se perpetua com níveis alarmantes, onde a maioria das vítimas é do sexo feminino. Seguindo a tendência internacional da violência sexual, a primeira experiência sexual para mulheres que, muitas vezes, aconteceu na infância, foi forçada.

Em Pernambuco, a realidade encontrada nos principais sistemas de registro já é reveladora de uma situação crítica, apesar da enorme subnotificação. Todos os fatores de risco, apontados acima, fazem parte da realidade dos municípios pesquisados. Na grande maioria deles, há baixa escolaridade, violência doméstica e de gênero - incluindo padrões aceitos pela sociedade local e a disseminação de rotas de comércio por conta dos avanços em investimentos econômicos que incluem rotas da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.

O relato dos participantes da devolutiva do diagnóstico (validação) coincide nos municípios. Quanto à exploração sexual, afirmam que ocorre nas feiras livres e festas em chácaras, casas de famílias/residências (locais muito difíceis de serem acessados, por serem privados) e que ganham a roupagem de festas familiares. Também nos bares existem uma verdadeira rede de exploração sexual. Normalmente, ficam próximos a postos de combustíveis. Não há dados concretos sobre a incidência deste tipo de crime por parte de caminhoneiros e visitantes, mas estes são usuários frequentes dos postos e dos bares<sup>2</sup>.

Apesar da realidade carente de diagnósticos mais precisos sobre pontos de exploração, números em relação ao abuso e exploração sexual, incidência, prevalência, entre outros aspectos, procuramos mostrar o perfil dos municípios e cruzá-los com os dados existentes sobre a violência sexual nestas localidades.

**1.** OPAS – Organização Panamericana da Saúde. Folha Informativa sobre Violência contra Mulheres. 2017.

**2.** Dados do Mapeamento dos Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras (Mapear), de 2018, apontaram a existência de 2.487 pontos, 45 estão em Pernambuco. Os locais mais vulneráveis são postos de combustíveis, bares, casas de show, pontos de alimentação e de hospedagem.

Aqui, apresentamos os resultados da pesquisa de campo do diagnóstico rápido participativo no polo gesseiro aplicado pela equipe do Centro Dom Helder Camara de Estudos e Ação Social (Cendhec), que buscou compreender o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes no contexto de cada localidade e as respostas locais à problemática, assim como os posicionamentos dos atores que, direta ou indiretamente, estão envolvidos com o enfrentamento do problema. Levantamos as possíveis análises dos resultados até aqui encontrados.

A pesquisa de campo traz informações importantes a partir do relato de famílias e crianças que só confirmam as tendências nacionais do fenômeno da violência sexual. Procuramos registrar as recomendações das crianças e adolescentes, além de ressaltar a escassez de espaços onde elas possam expressar suas opiniões e ser parte da solução do problema, bem como acessar melhores oportunidades de se desenvolver saudavelmente. Por fim, recomendações que se somam àquelas feitas na devolutiva nos municípios, contempladas a partir do diálogo com serviços do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) local, sociedade e representantes do governo.

**Contexto nacional  
– Contexto  
Econômico e  
Social e Violência  
Sexual**

É importante conhecer a realidade nacional em relação ao contexto socioeconômico para entender parte do problema da violência sexual. Por meio dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é possível entender como se manifestam as diferenças nos rendimentos dos brasileiros.

Na média, quem está no topo da pirâmide social recebe mais de 36 vezes do que aquela pessoa que está na parte de baixo, na base. Os números ainda mostram que os 10% com maior renda ficam com 43% de todos os rendimentos do trabalho do país.

Olhando com mais detalhes para os extremos da renda do trabalho no Brasil, a diferença fica ainda maior. O 1% com maior rendimento mensal ganha, em média, 180 vezes o que ganha uma pessoa que está na parcela dos 5% com menor renda.

Se formos analisar as questões de raça e gênero, em relação à primeira, as pessoas brancas recebem, em média, entre 70% e 80% mais que pessoas pretas ou pardas em um mês. Em relação à desigualdade de renda entre homens e mulheres, esta aumentou em 2019 em relação ao ano anterior. Houve queda dessa diferença em 2018, mas em 2019 voltou a aumentar, e os homens receberam, em média, 28,7% a mais que as mulheres naquele ano.

Em relação à disparidade regional, Sudeste, Sul e Centro-Oeste registraram rendimentos médios

mensais numa média de R\$ 2.500, o que significou cerca de R\$ 900 a mais do que a renda média no Norte e quase R\$ 1.000 a mais do que a renda média no Nordeste.

Em 2019, o grupo de pessoas em pobreza extrema no Brasil, ou seja, que vivem com menos de 1,9 dólar por dia, aumentou em 170 mil. O ano terminou com 13,8 milhões de pessoas ou 6,7% da população do país. É o quinto ano seguido no qual cresce o número de brasileiros que se encontram em situação de miséria. Vale ressaltar que quase metade dos brasileiros (47%), que se encontravam abaixo da linha da pobreza, no ano passado, estavam no Nordeste.

Estas informações são importantes porque mostram que existe uma estrutura de renda muito concentrada numa parcela pequena da população, o que é um problema grave e estruturante. Essa desigualdade na concentração de renda promove uma série de problemas, perpetua a cultura escravocrata no nosso país, contribui para a desigualdade social e econômica entre homens e mulheres e gera também altos níveis de violência.

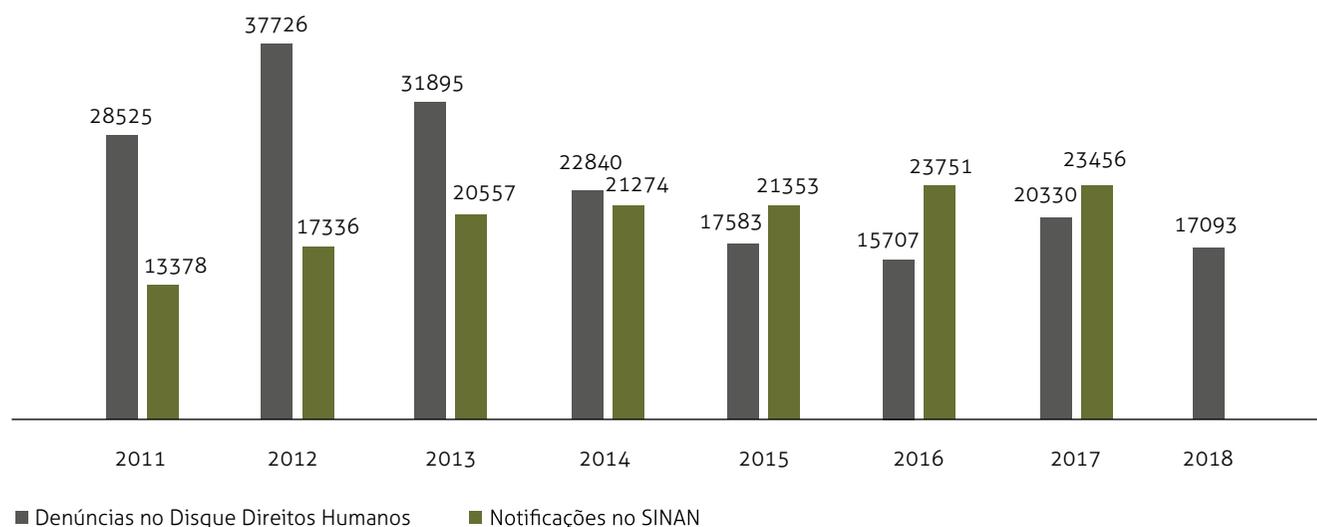
A realidade da pobreza e as condições econômicas, vinculadas não só à distribuição desigual interna da riqueza, mas também às relações de poder entrelaçadas com a cultura violenta e patriarcal interferem diretamente na reprodução do ciclo da violência, favorecendo a ida às ruas e a trajetória da exploração sexual.

O abuso e a exploração sexual contra crianças e adolescentes estão intimamente ligados às relações econômicas, de gênero, de raça e de cultura que estruturam uma comunidade ou sociedade. As diversas formas deste tipo de violência se manifestam em danos, às vezes permanentes à integridade física, moral, psíquica e em obstáculos às condições ideais para um desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes.

## Dados oficiais<sup>3</sup>

Entre 2011 e 2018, o Disque Direitos Humanos (Disque 100) contabilizou, em média, quase **24 mil denúncias por ano** de violência sexual contra crianças e adolescentes no país. As **notificações** de violência sexual contra crianças e adolescentes no sistema de saúde foram próximas a **20 mil por ano**<sup>4</sup>.

**Gráfico 1:** Registros de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes



**3. Fonte:** Ideário Consultoria e The Lucy Faithfull Foundation. Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes em Recife e Pernambuco - Relatório 2020. Recife, maio de 2020. Disponível em: <https://ecsa.lucyfaithfull.org/eradicating-child-sexual-abuse-recife-and-pernambuco>

**4. Fonte:** Disque Direitos Humanos (Disque 100) e Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN Net.

**Fonte:** Disque Direitos Humanos (Disque 100) e Ministério da Saúde /SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN Net.

\* Dados do SINAN nacional só estão disponíveis até 2017.

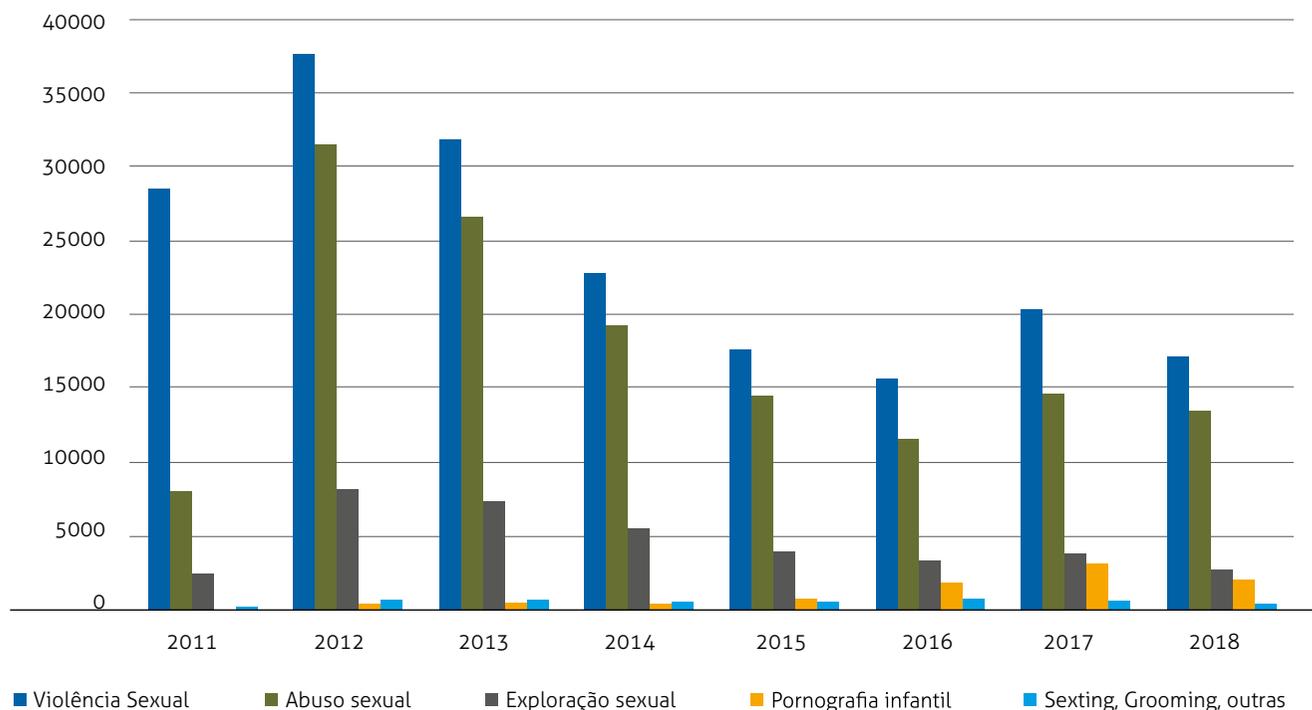
No sistema de notificação Disque Direitos Humanos (Disque 100), mais de 70% dos casos é classificado como abuso sexual ou estupro. A exploração sexual responde por 20% das denúncias de violência sexual. É importante dizer que, neste caso, apenas 3,3% dos atendimentos de violência sexual no sistema de saúde notificam como tal.

Estima-se que ocorrem de 300 a 500 mil casos de estupro por ano no Brasil. Cerca de 68% das vítimas são crianças e adolescentes. O estupro é considerado

um dos crimes menos notificados no país. Em torno de 50 mil casos são denunciados, todos os anos, aos órgãos de segurança pública no Brasil, mas estima-se que isso represente menos de 10% do total<sup>5</sup>.

Menos ainda são as ocorrências que chegam ao sistema de saúde – cerca da metade dos números das denúncias. De acordo com essas notificações, entre 2011 e 2017, mais de 80% dos estupros de crianças e adolescentes ocorreram até os 14 anos de idade, com grande concentração entre 05 e 14 anos<sup>6</sup>.

**Gráfico 2:** Denúncias ao *Disque 100*



**Fonte:** Disque Direitos Humanos (Disque 100). Período: 2011 a 2018.

**5. Fonte:** Ipea e FBSP. Atlas da Violência 2018. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/porta/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/180604\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2018.pdf](http://www.ipea.gov.br/porta/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf)

**6. Fonte:** SINAN – Sistema de Notificações de Agravos e Notificação. 2017. Disponível em <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinannet/cnv/violebr.def>

# **Contexto local: Violência Sexual em Pernambuco**

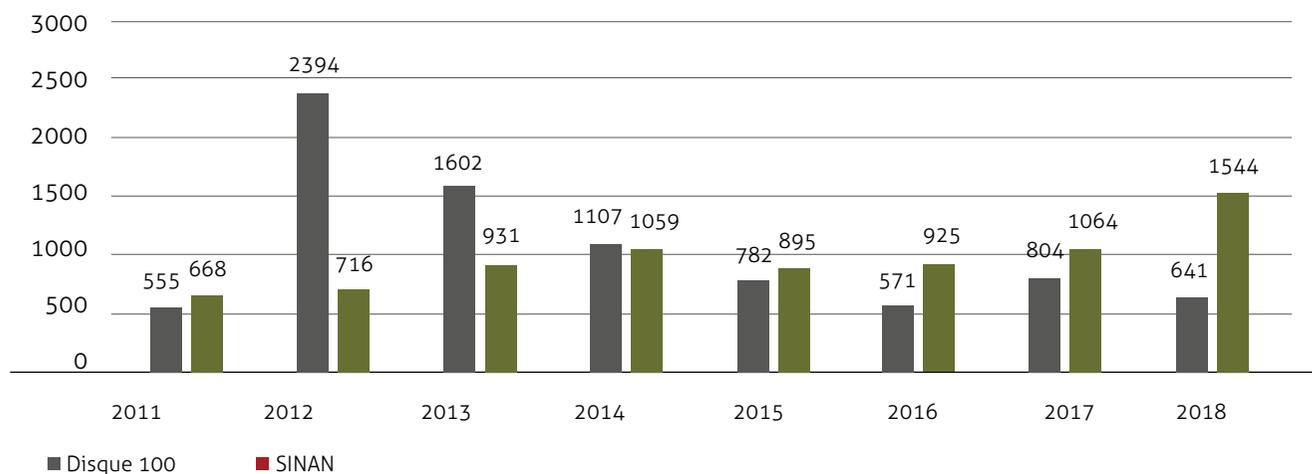
Os índices de violência sexual no estado de Pernambuco são altos. São cerca de 10.000 casos denunciados por ano<sup>7</sup>. Além disso, há carência de uma infraestrutura adequada de atenção, prevenção e atendimento em muitos municípios. Nos lugares em que existem uma melhor rede de atendimento, muitas vezes, esta não funciona de maneira integral e interligada. Este fato torna a região um ambiente vulnerável e propício para a prática de crimes sexuais, uma vez que o problema exige soluções multissetoriais.

A delegacia especializada por exemplo, a Departamento de Polícia da Criança e do Adolescente (DPCA), apesar de muitos esforços e de um bom trabalho feito na repressão dos crimes, não possui a estrutura necessária para atender todo o estado de Pernambuco, pois está presente apenas

nas cidades do Recife, Jaboatão dos Guararapes e Paulista. Nos demais municípios pernambucanos, pode-se dizer que os crimes de natureza sexual praticados contra crianças e adolescentes são subnotificados em razão de vários fatores, entre eles, poucos serviços especializados na área de Segurança Pública e do Sistema de Justiça.

Entre 2011 e 2018, o Disque Direitos Humanos (Disque 100) contabilizou, em média, **1.057 denúncias por ano** de violência sexual contra crianças e adolescentes no estado de Pernambuco. As **notificações** de violência sexual contra crianças e adolescentes registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), em Pernambuco, foram em média **975 por ano**, sendo mais da metade (52,3%) das ocorrências na Região Metropolitana do Recife (RMR) e quase um quarto (23,9%) em Recife.

**Gráfico 3:** Registros de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes



7. Dados do relatório Violência Sexual de crianças e Adolescentes em Recife e Pernambuco. Ideário Consultoria e LucyFaithfull Foudantion. 2020.

Nos sistemas da Secretaria de Defesa Social e Secretaria Executiva de Assistência Social, os dados são mais volumosos entre 2016 e 2018, conforme mostra a tabela abaixo. Os registros policiais são de, em média, **1.810 vítimas por ano**. Nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social, cerca de **1.281 crianças e adolescentes vítimas** de violência sexual foram atendidas por ano, sendo apenas 23,5% na RMR.

Pelo Disque Direitos Humanos, no período analisado (2011 a 2018), a violência sexual segue a tendência do país e 70% dos casos são registrados como abuso sexual no Disque 100 ou como estupro no SINAN. Da mesma forma, a exploração sexual responde por 21% das denúncias de violência sexual, mas pouco

é notificada no sistema de saúde, correspondendo apenas 2,6% das notificações deste tipo de violência registradas no SINAN em Pernambuco, no mesmo período. As denúncias de *sexting* e *grooming* são, ainda, em número bem menor (0,6%).

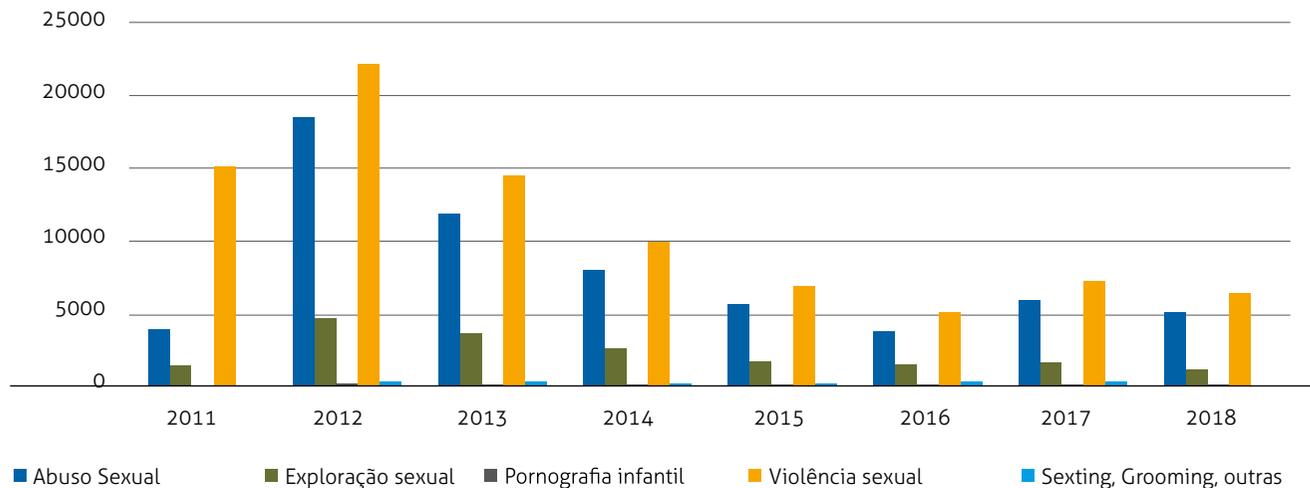
Na base de dados criminais do Estado, cerca de 90% dos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes são tipificados como estupro, sendo mais de 70% com vítimas menores de 14 anos (estupro de vulnerável). Podemos perceber bem a subnotificação da exploração sexual de crianças e adolescentes que aparece em 0,4% dos casos - um percentual ainda menor do que no Disque 100. Registra-se ainda um percentual pequeno de crimes categorizados como importunação sexual.

**Tabela 1:** Registros de violência sexual contra crianças e adolescentes em Pernambuco

Ano	2016	2017	2018
Vítimas de crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes	1744	1704	1981
Crianças ou adolescentes vítimas de abuso e/ou exploração sexual que ingressaram no PAEFI/CREAS	1073	1409	1361
Notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação	925	1064	1544
Denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes ao Disque 100	571	804	641

**Fonte:** Governo de Pernambuco/Secretaria de Defesa Social - SDS/GACE/Sistema INFOPOL. Secretaria Executiva de Assistência Social – SEASS/GEPMC. Sinan/SEVS/SES-PE. Disque Direitos Humanos. Período: 2016 a 2018.

**Gráfico 4:** Denúncias de Violência sexual contra crianças e adolescentes em Pernambuco, por tipo.



**Fonte:** Disque Direitos Humanos (Disque 100). Período: 2011 a 2018.

\* Dados de tipos de violência parcialmente disponíveis para 2011.

\* Números de denúncias de exploração sexual incluem as denúncias de "exploração sexual no turismo".

**Tabela 2:** Violência sexual em Pernambuco por Natureza

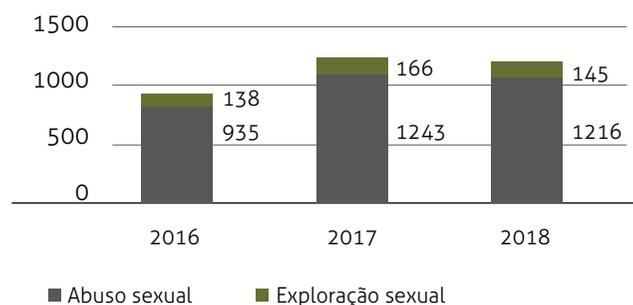
Natureza	Pernambuco
Estupro de vulnerável	59,1%
Estupro de vulnerável por violência doméstica/familiar	16,2%
Estupro	12,5%
Outros crimes contra a dignidade sexual	9,8%
Estupro por violência doméstica/familiar	1,7%
Prostituição/Exploração sexual de vulnerável	0,4%
Importunação sexual	0,4%

**Fonte:** Governo de Pernambuco/Secretaria de Defesa Social - SDS/GACE/Sistema INFOPOL

**Período:** janeiro de 2016 a março de 2019.

Nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) registra-se, em média, 88% de crianças e adolescentes atendidas vítimas de abuso sexual, sendo as demais vítimas de exploração sexual.

**Gráfico 5:** Crianças ou adolescentes vítimas de abuso e/ou exploração sexual que ingressaram no PAEFI/ CREAS em Pernambuco, por tipo.



**Fonte:** Secretaria Executiva de Assistência Social – SEASS/GEPMC. Período: 2016 a 2018.

Segundo os dados dos sistemas de notificação criminal, sabe-se que o agressor é um conhecido para crianças e um desconhecido para quase metade de adolescentes e jovens entre 15 e 19 anos. Isso só reforça a hipótese sobre a grande vulnerabilidade que estão expostos – nos sistemas a maior parte da notificação do local de ocorrência é dentro de casa, mas sabe-se da imensa subnotificação que encobre práticas de exploração, crimes contra dignidade sexual de crianças e adolescentes fora de casa.

## Contexto dos Municípios abrangidos pelo Projeto

Os municípios abrangidos pelo projeto **Conhecendo a Realidade Para Mudar Vidas**, “*Diagnóstico Rápido Participativo do Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nos municípios do Polo Gesseiro da Região do Araripe – PE*” fazem parte da Microrregião de Araripina, formada por dez municípios. Nesta região não podemos deixar de destacar a produção de gesso, que compreende os municípios de Araripina (maior cidade da região do Araripe), Ipubi, Trindade, Bodocó e Ouricuri.

Neste polo, é produzido 95% do gesso consumido em todo o Brasil. Apesar de não contar com dados sistematizados que evidenciem a influência dessa cadeia produtiva na problemática da exploração sexual, trataremos brevemente deste contexto, por meio das características ambientais, econômicas e sociais, para então entendermos possíveis influências em problemas sociais que afetam a vida de milhares de crianças na região, dentre eles o abuso e a exploração sexual.

Com o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) constata-se que os aspectos estruturais (socioeconômicos) e culturais, que contribuem

para configurar a face da violência sexual, são semelhantes em todos os municípios. Os dados primários reforçam o que as pesquisas e os levantamentos já dizem há muito tempo. No Nordeste, o Sertão é um rincão persistente nos problemas estruturais devido às estruturas ali fincadas do latifúndio, escravagismo, sistema unicamente exploratório das riquezas e da população, sem nenhum retorno aparente para a comunidade. Um modelo que permanece dessa forma até hoje.

## O Polo Gesseiro em Pernambuco

O Território da Cidadania Sertão do Araripe - Pernambuco está localizado na região Nordeste e é composto por 10 municípios: Araripina, Bodocó, Exu, Granito, Ipubi, Moreilândia, Ouricuri, Santa Cruz, Santa Filomena e Trindade.<sup>8</sup> Juntos, eles correspondem a 18% da área total do estado e é nessa região que fica o Arranjo Produtivo Local (APL) do gesso<sup>9</sup>, denominado de polo gesseiro do Araripe.

A Região de Desenvolvimento do Sertão do Araripe tem uma população de 331.762 mil habitantes e 21.255 trabalhadores empregados no mercado de trabalho formal. O Produto Interno Bruto (PIB) da Região é da ordem de R\$ 2,66 bilhões, cerca de 1,6% do PIB de Pernambuco, com uma composição de 4,7% para a Agropecuária, 10,13% para a Indústria e 79% para Serviços. As principais cadeias produtivas da região são a Bovinocultura, Ovinocaprino cultura, Apicultura, Mandiocultura e a Indústria Extrativa do Gesso.

Em 2018, as ocupações que mais empregaram foram de gesseiro e de servente de obras. Por sua vez, a atividade econômica que mais empregou foi a de comércio varejista de materiais de construção<sup>10</sup>.

Com reservas estimadas em 1,2 bilhão de toneladas (5º volume do mundo), a região é responsável por aproximadamente 95% da produção nacional de

**8.** Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Territorial, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Governo Federal.

**9.** APL – Arranjo Produtivo Local.

**10.** <http://www.sdec.pe.gov.br/blog/24-mapa-do-site/163-sertao-do-araripe>. Secretaria do Desenvolvimento Econômico. PE. 2019.

gesso. Existem 40 minas de gipsita instaladas no local. Essa atividade produtiva também conta com cerca de 180 empresas calcinadoras, responsáveis pelo processo de transformação da gipsita em gesso. A extração e o processamento da gipsita são as atividades econômicas mais relevantes do Sertão do Araripe, responsáveis pelo movimento de mais de 70 milhões de reais.

Do outro lado desta economia está uma história de desenvolvimento concentrado, que beneficia uma minoria e já reduziu 80% da vegetação da Caatinga para ser queimada nos fornos das calcinadoras. Os processos de queima causam grandes perdas ambientais e econômicas. Anualmente, o polo gesseiro consome 652 mil metros cúbicos de madeira para queimar em fornos<sup>11</sup>.

Além disso, também existe o êxodo rural, a poluição atmosférica, a destruição de solos e comunidades de agricultores familiares, assim como uma parcela de contribuição na exploração sexual infantil.

Em toda a região, circula uma grande quantidade de caminhoneiros, negociantes, responsáveis pelo transporte do gesso, representantes comerciais, entre outros visitantes. Pessoas, normalmente de fora, que fazem girar a economia e provocam mudanças na vida desses municípios. Estas pessoas, na grande maioria homens, trazem mudanças positivas, mas, muitas vezes, colaboram no aprofundamento dos problemas – dentre eles a prática da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Não há dados nem indicadores que meçam o impacto direto causado por este fluxo, tampouco o grau de diminuição dos problemas de acordo com a possível diminuição de caminhoneiros ou visitantes circulando na região. Apesar da realidade ter mudado e, segundo depoimentos, o fluxo diminuído, os casos de violência sexual continuam.

A partir das informações colhidas no trabalho de campo, foi possível constatar que a composição do pano de fundo que sustenta a exploração e o abuso sexual de crianças, há muitos anos, é uma mescla de pobreza estrutural, cultura patriarcal, violência de gênero e padrões culturais que ratificam privilégios para os homens, justificando, inclusive, a violência; falta de investimento em desenvolvimento sustentável com distribuição equitativa de lucro, escassez de serviços especializados e fragmentação no atendimento – *déficit* que fortalece a atuação de agressores e que não os responsabiliza pelos crimes cometidos; e, muitas vezes, revitimizam as principais vítimas, as crianças.

**11.** Relatório do Simpósio Polo Gesseiro do Araripe – Potencialidades, Problemas e Soluções. Organização: Academia Pernambucana de Ciência Agronômica (APCA), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Sindicato e Associação da Indústria do Gesso do Estado de Pernambuco (SINDUGESSO e ASSOGESSO), Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA), entre outros. 2014

**Municípios – contexto local, situação da violência sexual, dados secundários e resultados da pesquisa de campo**

Mostraremos a sistematização dos dados coletados em fontes oficiais - muitos não contam com atualizações disponíveis, portanto alguns dados têm como base o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM), que se baseia no Censo de 2010. Os indicadores são de população, educação, trabalho, renda e vulnerabilidade, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010; Dados de População Estimada do IBGE 2019, além de dados mais atuais da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude do Estado de Pernambuco. Contamos também com informações sobre violência sexual da Secretaria de Defesa Social, Sistema Infopol de Pernambuco. Os dados levantados em campo apoiam e reificam o conjunto de elementos levantados na pesquisa e nos levam a uma melhor compreensão da lógica da violência sexual contra crianças e adolescentes nestas áreas geográficas, e como fatores sociais, econômicos e culturais se articulam de modo a

tornar crianças e adolescentes mais vulneráveis ao abuso e à exploração sexual.

É importante também considerar os relatos das famílias (mães principalmente) e, em especial, adolescentes de todos os municípios, que de maneira diferente estão pedindo socorro. O diagnóstico e principalmente a escuta, realizada com eles, apontam para a necessidade de uma articulação que vá além das equipes profissionais locais e envolvam soluções multissetoriais, de forma a dar conta do fenômeno da exploração sexual. Os dados levantados nos questionários aplicados com as equipes dos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) local mostram a falta de articulação entre eles. Se internamente não há diagnóstico local, fluxograma de atendimento, as ações continuarão fragmentadas e pouco se poderá fazer para encontrar caminhos estratégicos para minimizar ou solucionar o problema.

12. [http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/ipubi\\_pe](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/ipubi_pe)



## Ipupiá<sup>12</sup>

**Área:** 668,75 km<sup>2</sup>

**IDHM 2010:** 0,550

**Faixa do IDHM:** Baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599)

**População** (Censo 2010): 28.120 hab.

**Pop. Estimada** (IBGE 2019) 30.854 pessoas

**Ano de instalação:** 1958

**Microrregião:** Araripina

**Mesorregião:** Sertão Pernambucano

*O município de Ipubi originou-se da Fazenda Poço Verde, no sopé da Chapada do Araripe. O seu povoamento foi intensificado a partir de 1938, quando iniciou a feira livre local.*

*Pertencente ao município de Ouricuri, o distrito de Ipubi foi criado a 31 de dezembro de 1943. Tornou-se município autônomo através da Lei estadual nº 3.340/1958, sendo instalado a 1 de março de 1962.*

*O topônimo Ipubi provem do Tupi ipu-obi = poço ou fonte verde, quando ocorreu a Reforma Administrativa do Estado que criou o distrito de Ipubi.<sup>13</sup>*

## Aspectos Gerais

### Atividades econômicas

Em Ipubi, a agricultura já foi a atividade econômica predominante, perdendo espaço, atualmente, para a exploração da gipsita. Hoje, o município é o maior produtor do minério e um dos maiores produtores de gesso e derivados da região do Araripe. Ainda assim, ainda são produzidos feijão, mandioca, milho e hortifrutis como acerola, alface, banana, coentro, laranja, manga, pimentão, tomate, entre outros. O rebanho de bovinos, a apicultura e a criação de aves são outras fontes de renda do município.

### População

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE, de 2010, a população do município era de **28.120** habitantes. Em 2019, segundo estimativas do próprio Instituto, o número de habitantes é de **30.854**<sup>14</sup>.

**Tabela 3:** População 2010 (total, por gênero, rural/urbana, raça/cor e faixa etária).

Ipubi – PE		
População	População (2010)	% do Total (2010)
Total	28.120	100,00
Masculina	13.855	49,27
Feminina	14.265	50,73
Urbana	17.278	61,44
Rural	10.842	38,56

População quanto à raça / cor (IBGE, 2010)				
Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena
23%	6%	70%	2%	0%

População quanto à Faixa Etária (IBGE, 2010)				
0 a 9 anos	10 a 17 anos	18 a 29 anos	30 a 59 anos	60 ou mais anos
22%	18%	22%	29%	10%

Fonte: IBGE (Censo, 2010)<sup>15</sup>

**13. Fonte:** <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ipubi#Hist%C3%B3ria>

**14.** IBGE

**15.** IBGE (Censo, 2010)

**16.** IBGE (Censo Escolar 2019) – Incluindo todos os anos do ensino médio (rede pública), no ensino regular, educação profissional, EJA e educação especial.

**17.** QEDu – [www.qedu.org.br](http://www.qedu.org.br) site especializado. O cálculo é feito com base nos resultados da Prova Brasil 2017, calculando a proporção de alunos com aprendizado adequado à sua etapa escolar.

**18.** QEDu – [www.qedu.org.br](http://www.qedu.org.br) site especializado. O cálculo é feito com base nos resultados da Prova Brasil 2017, calculando a proporção de alunos com aprendizado adequado à sua etapa escolar.

**19.** Fonte: <https://qedu.org.br/cidade/3598-ipubi/aprendizado>. Na Prova Brasil, o resultado do aluno é apresentado em pontos numa escala (Escala SAEB). Discussões promovidas pelo comitê científico do movimento Todos Pela Educação, composto por diversos especialistas em educação, indicaram qual a pontuação a partir da qual se pode considerar que o aluno demonstrou o domínio da competência avaliada. Decidiu-se que, de acordo com o número de pontos obtidos na Prova Brasil, os alunos são distribuídos em 4 níveis em uma escala de proficiência: Insuficiente, Básico, Proficiente e Avançado. No QEDu, considera-se que alunos com aprendizado adequado são aqueles que estão nos níveis **proficiente e avançado**.

**19.** Fonte: Mapas de distorção idade-série: Inep, 2017, organizado por QEDu, 2017, disponíveis a partir de <https://www.qedu.org.br/brasil/distorcao-idade-serie?depende=0&localization=0&stageld=em&y ear=2018>

## Educação

### Crianças e Jovens

**Tabela 4:** Indicadores educacionais

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	95,1%
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2017]	4,8
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2017]	4,5
Matrículas no ensino fundamental [2019] <sup>16</sup>	5.181
Matrículas no ensino médio [2019] <sup>17</sup>	1.577
Docentes no ensino fundamental [2018]	260
Docentes no ensino médio [2018]	67
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2018]	43
Número de estabelecimentos de ensino médio [2018]	03

**Fonte:** IBGE. 2018. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/ipubi/panorama>

Apesar da alta taxa de escolarização, segundo o QEDu<sup>18</sup>, a proporção de alunos que aprenderam o adequada competência de leitura e interpretação de textos até o 5º ano de ensino é de apenas 38%, ou seja, dos 543 alunos, 205 demonstraram o aprendizado adequado<sup>19</sup>. Quando se amplia a observação até o 9º ano, na mesma rede pública de ensino, para esta mesma competência, o percentual é ainda mais baixo, atingindo apenas 26%, que corresponde a 108 de um total de 430 de alunos que demonstram o aprendizado adequado.

Paralelamente, embora a proporção de crianças e adolescentes frequentando a escola seja alta, percebe-se o problema da defasagem idade-série. Em 2018, os percentuais dessa discrepância<sup>20</sup>, em Ipupi, eram de aproximadamente 15% para o total dos cinco anos iniciais do ensino fundamental; 29% para total dos quatro anos finais do ensino fundamental; e 26% para o total dos três anos do ensino médio. Em Pernambuco, esses percentuais eram de 16%, 28% e 25%, respectivamente. Já em nível nacional, eles eram de 11%, 25% e 28%, na devida ordem. Para os adolescentes e jovens, pode-se observar, ainda, o baixo acesso ao ensino superior.

No Brasil, as principais causas da distorção idade-série são a reprovação e o abandono escolar. Com especificidades locais, os municípios seguem esta tendência. A vulnerabilidade social, a pobreza, o trabalho infantil e outros fatores podem contribuir diretamente.

### Renda, ocupação e vulnerabilidade social

Em 2017, o salário médio mensal era de 1.6 salário mínimo. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 7.3%. Há um alto índice de vulnerabilidade social e famílias que vivem em situação de pobreza, uma situação que deixa crianças e adolescentes expostas. Em Ipupi, mais de

12.500 pessoas estão em situação de extrema pobreza.

Em 2010, havia indicadores preocupantes no município, tais como o percentual de crianças na primeira infância fora da escola e a quantidade de mães com filhos menores, chefes de família e sem o ensino fundamental. Os dados demonstravam a falta de equipamentos sociais de apoio às famílias e ainda o alto percentual de crianças extremamente pobres, ou seja, vivendo em famílias em situação de extrema pobreza. Ipubi é um dos principais municípios do polo gesseiro e tem índices baixos de desenvolvimento social e humano. A taxa de pessoas adultas sem o ensino fundamental completo e vinculadas à ocupação informal é de quase 70%, um dado que demonstra bem o tipo de economia solidificada no município. Provavelmente, vínculos informais de trabalho, girando em torno da indústria do gesso, que não impulsiona a formação, a promoção ao crescimento educacional e social, além de aprofundar problemas já crônicos estruturais.<sup>21</sup>

**Tabela 5:** População e vulnerabilidade social – famílias em situação de pobreza no município

Porte populacional	População estimada (Censo 2017)	Região de Desenvolvimento
Pequeno Porte II	30.447	RD 03 – Sertão do Araripe
Percentual da população no CadÚnico para programas sociais	71%	Total de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (MDS/ Novembro/ 2019)
Famílias em situação de extrema pobreza	16.441	Pessoas em situação de extrema pobreza (MDS/ CadÚnico/ Dezembro/2019)
População em situação de extrema pobreza – Urbana (MDS / CadÚnico / Fevereiro / 2018)	12.560	População em situação de extrema pobreza – Rural (MDS / CadÚnico / Fevereiro / 2018)
		56%
		5.171
		17.118

**Fonte:** Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude. Secretaria Executiva de Assistência Social. 2018.

21. Fonte: [http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/ipubi\\_pe](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/ipubi_pe)

## Ipubi – Violência sexual

Entre 2017 e 2018, foram registrados casos de violência sexual contra crianças, com faixa etária entre 5 e 10 anos, mas também adolescentes entre 14 e 15 anos. Observamos registros em um bar (2017) e, no ano seguinte, em local não informado. Todas as vítimas são do sexo feminino. Nenhum registro em meio rural.

Apesar de não haver dados suficientes para uma análise mais aprofundada, o município parece seguir a tendência nacional, em que, segundo os dados dos sistemas de notificação criminal, sabe-se que o agressor é um conhecido e a maior parte ocorre na residência, para crianças, e um desconhecido para quase metade dos adolescentes e jovens com faixa etária entre 15 e 19 anos.

Dos dados obtidos em campo foi considerado um total de casos a partir de registros dos órgãos locais de atendimento. Ressaltamos que são números encontrados na coleta em cada instituição consultada e, como há problema de comunicação entre os órgãos, ou seja, não existe um fluxograma de atendimento para esses casos de violência, verificamos o que, possivelmente, estaria repetido.

Procuramos colocar, aqui, os números vindos das instituições que realizam atendimentos direta ou indiretamente (como no caso de escolas ou Organizações Não Governamentais (ONGs) que estão

em contato direto com as crianças e adolescentes, mas não fazem o atendimento à violência, entretanto são espaços de identificação e encaminhamento). Também não contamos com dados daquilo que foi investigado e virou processo. Como não há um sistema articulado e uma comunicação estabelecida, utilizamos o critério de considerar os casos dos órgãos que mais receberam denúncias.

- » De acordo com o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Núcleo de Apoio Familiar, em 2018, no município de Ipubi, foram registrados 15 casos de abuso sexual e 10 de exploração sexual.
- » A Secretaria de Educação, a Secretaria de Assistência Social, o Conselho Tutelar, a Polícia Civil e a Secretaria de Assistência Social, por sua vez, não informaram números. O Conselho de Direitos e o Hospital informaram não ter esses dados.

O fato de não existir um fluxograma para a comunicação e articulação entre os órgãos locais dificulta muito a identificação, o encaminhamento e o atendimento dos casos. Também o pouco acesso aos processos formativos e o diálogo intersetorial provocam a cristalização de um senso comum que, muitas vezes, tende à conservação de ideias deturpadas sobre gênero, violência sexual e sexualidade, principalmente das/dos jovens.

**21, Fonte:** Relatório de vítimas contra a dignidade sexual de 0 a 17 anos – Secretaria de Defesa Social SDS/PE, Sistema INFOPOL - Base de dados criminais do estado de PE. 2018.

**22.** Esses números fazem parte do diagnóstico realizado pelo Cendhec com os órgãos do SGD pesquisados no município de Araripina.

## Dados resultantes da aplicação dos questionários nos órgãos e Instituições do Sistema de Garantia de Direitos do município

**Tabela 6:** Dados secundários – pesquisa de campo – Perfil dos Entrevistados

Perfil dos Entrevistados	
TIPO	Secretaria de Educação, Secretaria de Assistência Social, CREAS, CRAS, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar, Polícia Civil, além de dois órgãos da saúde, um hospital e o Núcleo de Apoio à Saúde da Família.
REPRESENTANTES	02 gestores e 07 técnicos.
TIPOS DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	- Mais da metade dos órgãos tem como principais ações e atividades a realização de palestras, campanhas educacionais e ações preventivas;  - A Secretaria de Educação e o CREAS têm ações de apoio às escolas;  - O CREAS e o Núcleo de Apoio às Famílias desenvolvem oficinas temáticas.
ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	Todos os órgãos informam que sua atribuição é o atendimento, com exceção do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, que realiza fiscalização; e da Polícia Civil e do Conselho Tutelar, que informam atuar também na defesa e responsabilização. Todos os órgãos atendem crianças e adolescentes.
ATENDIMENTO À VIOLENCIA SEXUAL	O abuso sexual, a exploração sexual, o trabalho infantil e o alcoolismo são apontados, pela maioria dos entrevistados, como situação específica do público atendido.

### Sobre a Violência Sexual

Em Ipubi, todos os órgãos entrevistados consideram o abuso sexual como a violência mais frequente no município. Os entrevistados apontaram o pai e o padrasto como principal abusador, seguido de vizinhos. Também foram citados tio, avô e cuidador/a. A exploração sexual também é citada, mas em menor escala. Proprietários de bares e/ou similares são considerados por quase todos os

entrevistados como os principais responsáveis pela exploração sexual de crianças e adolescentes. Pais, mães e aliciadores são indicados logo em seguida como responsáveis pela exploração sexual. O pai foi citado oito vezes como o principal responsável pela exploração sexual. Seguido pela mãe, amigos/ conhecidos, padrasto, avôs e vizinhos.

Para a maioria, a casa da vítima é o principal local onde o abuso sexual ocorre. Mais da metade também considera a casa de vizinhos como local de ocorrência do abuso sexual. O principal local de ocorrência da exploração sexual para os entrevistados é a rua, o bairro ou o distrito e vários entrevistados indicam “Serrolândia” como o local onde mais ocorre. Outros locais apontados são as casas das vítimas, seguidas por casas de parentes e bares.

A situação econômica e de sobrevivência é citada por todos os entrevistados como o principal motivo para o envolvimento com a exploração sexual. A Polícia Civil considera o desejo de consumo como uma causa que alimenta a exploração sexual.

A maioria dos entrevistados informou que as principais denúncias vêm das escolas, famílias, unidades de saúde e o Conselho Tutelar. O CREAS e os vizinhos também foram citados. Além disso, as ligações anônimas foram mencionadas como fonte de denúncia.

### **Atuação em Rede**

Em Ipubi, todos os órgãos informaram atuar em

rede. A Secretaria de Educação afirma que atua intersetorialmente. Sete órgãos entrevistados desenvolvem ações conjuntas sistemáticas com outros, exceto o hospital e a Polícia Civil que não desenvolvem. O hospital e o CREAS participam de articulação entre setores internos.

» **Plano Municipal de Enfrentamento:** o CREAS, o Núcleo de Saúde e a Secretaria de Assistência Social afirmam que o município tem um Plano de Prevenção. A Secretaria de Educação, por sua vez, informa que não tem. Outros órgãos não souberam responder. O CREAS foi o único que afirma ter participado da elaboração do referido Plano de Enfrentamento e juntamente com o Núcleo de Saúde e a Secretaria de Assistência Social, também participa do monitoramento.

### **Formação**

Todos os órgãos entrevistados, com exceção do hospital, passaram por algum tipo de capacitação nos últimos três anos. Dentre os temas apontados por alguns entrevistados, estão: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), trabalho infantil e trabalho interdisciplinar de programas.

### **Observação em Pontos de Exploração Sexual:**

Em Ipubi, o Posto de Gasolina na entrada da cidade e os Distritos de Serrolândia e Serra Branca foram indicados como os principais pontos de exploração sexual.

A equipe esteve em Serrolândia, distrito que possui mais de 10 mil habitantes e que, inclusive, vem reivindicando emancipação política e administrativa de Ipubi. Comprovou-se a prática da exploração sexual na feira do domingo, principalmente entre nos horários das 10h às 14h. O local é muito precário, mas se mantém mesmo assim, servindo de espaço para vivências sexuais dos adultos que frequentam bares vizinhos, que ocorre no quintal e no banheiro do “estabelecimento”.

Em outro distrito, Serra Branca, há informações que a prática da exploração sexual acontece em residências afastadas e, geralmente, nos horários noturnos, mas nessa localidade a equipe não conseguiu realizar observações por questões de segurança.

Apesar de não ter indicação dos serviços, a feira livre de Ipubi, que acontece no centro da cidade, nas segundas-feiras, também foi observada. Lá foi possível constatar o problema, considerando que, na cidade, os bares funcionam como ponto de encontro, posto que as adolescentes e mulheres são abordadas e saem em carro para outros lugares (sítios, bairros afastados, entre outros).

Ipubi tem indícios concretos de esquemas de exploração de crianças e adolescentes na sede do município e nos distritos, com destaque especial para Serrolândia. A Rede de Atendimento se apresenta frágil e com ações pouco convencionais de prevenção e enfrentamento à violência sexual. Há uma cultura de centralização e destaque à

pessoa (autoridade) e não do órgão ou instituição, personificando as questões e, muitas vezes, resolvendo-as na base da amizade, ou seja, domesticamente.

#### **4.4.5. Conclusões sobre os achados do trabalho de campo em Ipubi**

- » A violência sexual aparece como o principal problema que afeta a vida de crianças e adolescentes que moram em Ipubi. Em todas as informações recolhidas no município, abuso sexual aparece como a principal violência notificada pelos órgãos existentes, responsáveis pela proteção deste público
- » A maior parte dos abusos começa dentro de casa é cometido por pais, padrastos, tios, vizinhos, amigos e conhecidos. Depois, os casos passam a acontecer em bares e regiões similares, locais em que esta violência sexual é praticada por desconhecidos e reforçada por aliciadores que estão prontos para agir;
- » A luta pela sobrevivência arrasta para o comércio informal as famílias que estão em situação de pobreza. Como vimos, o município tem um percentual grande da sua população vivendo nesse contexto social, o que já é, em si, um fator que colabora para que as pessoas caiam em relações de trabalho precarizadas e fiquem vulneráveis à exploração - e com elas seus filhos e filhas. A pesquisa no município aponta que uma das principais causas de envolvimento com a exploração sexual é a pobreza e vulnerabilidade social;

- » Proprietários de bares e/ou similares são considerados por quase todos os entrevistados como os principais responsáveis pela exploração sexual de crianças e adolescentes;
- » Drogas, sexo comercial e exploração sexual de crianças rondam locais de grande trânsito de visitantes, tais como feiras e estas são apontadas, em Ipubi, como locais onde ocorre exploração sexual;
- » Os dados levantados nos questionários aplicados com as equipes dos órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos (SGD) local mostram que a falta de articulação entre eles é um problema para um atendimento mais eficaz. É preciso verificar os números de casos fornecidos pelos órgãos que os receberam. É fundamental saber também se foram atendidos por mais de uma instituição, se se repetem e conhecer o motivo de não haver comunicação entre estas;
- » Se internamente não há diagnóstico local, fluxograma de atendimento, as ações continuarão fragmentadas e pouco se poderá fazer para encontrar caminhos estratégicos para minimizar ou solucionar o problema
- » Este é um dos municípios mais subnotificados. Os depoimentos das crianças e famílias, assim como das adolescentes, ratificam que a violência ocorre, cotidianamente, e os registros oficiais são baixíssimos. Dessa forma, é preciso aprofundar as razões

**O que dizem crianças,  
adolescentes e famílias  
- resultado das escutas  
nos municípios**

## Considerações gerais sobre a escuta com crianças

No trabalho de campo, foram ouvidas 64 crianças com faixa etária entre 05 e 15 anos. Dessas, 40 são meninas e 24 são meninos, a partir da realização de seis oficinas em territórios de quatro municípios.

O discurso, as ideias e as percepções das crianças só confirmam os altos índices de violência, incluindo aquelas de cunho sexual, na região do polo gesseiro. Esta problemática que, em um passado próximo, era mais frequente nas zonas urbanas, nas grandes cidades da região metropolitana, atualmente, se agrava no Sertão do estado, em cidades que ainda possuem características interioranas.

Constata-se também que foram implantados serviços públicos que prestam atendimento às crianças e adolescentes vitimizados ou em situação de vulnerabilidade social, mas os números indicados, nas fontes consultadas, que dão conta da cobertura de serviços de proteção social e as narrativas das crianças mostram que esses serviços não têm sido suficientes para a prevenção da violência e garantia de direitos para toda população infanto-juvenil local.

A escuta realizada, com um número mesmo que reduzido - mas representativo - de crianças nos municípios, demonstra que esses carecem de espaços de fala e expressão e quando, esporadicamente, isso acontece, as suas percepções não são contempladas

É fundamental para a definição de políticas e ações de prevenção e enfrentamento da violência contra crianças em geral, considerar a fala das crianças que são afetadas pela violência, em especial o abuso e exploração sexual. Elas podem contribuir e muito com as soluções para o problema e inclusive tornar-se agentes de prevenção em suas comunidades.

Sabe-se que para fazer isto a própria formação dos profissionais que lidam com serviços oferecidos às crianças, suas famílias e comunidade, precisa partir desse princípio. A formação dos profissionais das áreas de educação, serviço social, saúde, lazer, cultura, justiça e segurança pública precisa contemplar a necessidade e importância dessa escuta. Definitivamente, a participação das crianças precisa ser considerada e, para tanto, é preciso ter adultos preparados para lidar e trabalhar com elas.

Os serviços e profissionais que atendem crianças precisam obter conhecimentos teóricos e metodológicos que os capacitem a oferecer, além de atividades previstas, o espaço para a reflexão e informação que contribui para que essa população desenvolva capacidade de autoproteção.

Observando o esforço de profissionais e gestores dos serviços públicos, nos municípios pesquisados, constata-se que vários desses serviços são novos e necessitam de fortalecimento e legitimidade ante a atual situação do país, de corte de recursos. Muitos contaram com verbas oriundas da União e do Estado. É preciso, inclusive, discutir a fundamental continuidade destes serviços.

## Desenvolvimento das atividades de escuta (metodologia, considerações sobre os encontros com as crianças)<sup>22</sup>

Foram realizadas oficinas que envolveram o discurso oral, a leitura, a escrita, a colagem, dramatização e o desenho. Também se fez o registro das atividades em fotografias e gravações de áudios para transcrições.

### Atividades

- » Roda de diálogo;
- » Silhueta do corpo humano;
- » Tarjetas com títulos e conceitos;
- » Dramatização;
- » Texto coletivo;
- » Produção individual de texto e desenho;
- » Produção coletiva de cartazes.

Em Ipubi, foi realizada uma oficina com a participação de 10 crianças, com faixa etária entre 10 e 11 anos, sendo seis meninas e quatro meninos

### Anotações da equipe de campo:

As crianças que participaram da atividade estavam na faixa etária entre 10 e 11 anos de idade. O grupo mostrou-se bem integrado, inclusive porque boa parte das crianças frequenta a mesma escola e sala de aula. Participaram ativamente das atividades propostas e demonstraram um bom conhecimento sobre o tema. Houve um grande interesse das crianças pelo assunto e foi possível perceber também que muito do que falavam estava bem presente na realidade do município, visto que deram alguns exemplos de casos de violência sexual que já haviam escutado falar.

Foi solicitado em um primeiro momento que as crianças dissessem tudo que sabiam ou que já haviam escutado falar sobre violência e, a partir do que colocaram, foi pedido que identificassem quais daquelas palavras ou frases se relacionavam também com abuso ou exploração sexual. Ao final das três etapas da chuva de ideias, revisitou-se o que haviam colocado em cada cartaz, fazendo as respectivas correções, adequações e explanação sobre os conceitos abordados.

### Sobre o que sabiam, entendiam ou ouviram falar sobre violência:

*Bater em “de menor”; violência infantil; agredir; maltratar animais; maltratar a natureza; machucar; matar; roubar; ameaçar; destruir; violência doméstica; bullying; feminicídio; suicídio; sequestrar; abusar de crianças; abusar de adolescentes; racismo; trabalho escravo; trabalho infantil; forçar a trabalhar; maltratar idosos; maltratar recém nascido.*

**22. Fonte:** Relatórios de campo produzidos pela equipe do Cendhec.

### Sobre o que sabiam, entendiam ou ouviram falar sobre abuso sexual:

*Abuso; violência infantil; machucar; violência doméstica; bullying; sequestrar; abusar de crianças; abusar de adolescentes; racismo; trabalho infantil; maltratar recém-nascido; ameaçar; abusar da inocência; se aproximar da criança até abusar dela; pegar nas partes íntimas; bater; observar tomando banho; mandar beijo.*

### Sobre que sabiam, entendiam ou ouviram falar sobre exploração sexual

*Machucar; ameaçar; bullying; sequestrar; abuso de crianças; abusar de adolescentes; racismo; trabalho escravo infantil; forçar a trabalhar; maltratar recém-nascido; oferecer pra crianças ou adolescente: alimentos, roupas, dinheiro, balas, presente, brinquedo, salgados*

## Considerações gerais sobre as escutas com adolescentes<sup>23</sup>

As escutas foram realizadas, entre 07 e 18 de janeiro de 2019, nos Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos e Secretarias de Educação dos municípios Araripina, Bodocó, Trindade, Ouricuri e Ipubi. O número total de adolescentes participantes foi de 44, sendo 17 do sexo masculino e 27 do sexo feminino.

Durante as atividades de escuta de adolescentes, foi possível inferir que de um modo geral as/os adolescentes demonstraram saber a que se referiam os conceitos de violência em suas diversas manifestações, incluindo violência sexual (abuso e exploração sexual), tema norteador do projeto. É importante dizer que a maioria estava ligada a algum tipo de projeto ou grupo vinculado às instituições ou aos órgãos governamentais que trabalham com a temática.

No município de Ipubi, as/os adolescentes presentes estudavam na Escola Joaquim Eugênio de Alencar, em séries variadas do 7º e 8º anos. No início da atividade, se mostraram bastante reprimidos e não queriam falar. Foi preciso criar estratégias para os/as mesmos/as discutissem. No desenvolvimento da atividade, os/as adolescentes foram se sentindo mais à vontade para participar da conversa.

Destaque-se, ao longo das escutas com adolescentes, a frequência com que apareceram os termos e situações relatadas sobre tentativas de suicídio, automutilação, depressão em decorrência do abuso sexual, sequestro, estupro e gravidez na adolescência. Outro aspecto que merece atenção é a quantidade expressiva de adolescentes do sexo feminino nos grupos, sendo elas, inclusive, as que mais se colocaram ao longo das escutas.

**23. Fonte:** Relatório sobre as escutas de adolescentes e famílias. Equipe do Cendhec.

## Desenvolvimento das atividades de escuta

(metodologia, considerações sobre os encontros e avaliação do/as adolescentes)

A metodologia foi fundamentada na proposição de atividades participativas e dialogadas, a fim de atender aos objetivos basilares da escuta. Cada encontro contou com um planejamento construído a partir de três etapas norteadoras: introdução (apresentação da facilitadora, da instituição e do projeto); convite às falas do/as adolescentes (atividades<sup>24</sup> de incentivo à expressão do/as adolescentes quanto à leitura e percepção de seus territórios, comunidades e municípios); e avaliação da atividade pelo/as adolescentes (roda de diálogo). A participação, o engajamento e o interesse do/as adolescentes nas atividades de escuta foram muito bons.

Foi perceptível o desejo de falar, de se colocar, questionar e de terem representatividade. Não restaram dúvidas de que os/as adolescentes têm uma visão crítica da realidade em que estão inseridos e que reconhecem seus direitos, sobretudo, pontuando os que lhes têm sido negado e a repercussão disso em suas vidas, bem como nas suas comunidades.

A robustez do material produzido pelo/as adolescentes é uma das maiores constatações disso. Suas falas e materiais escritos traduziram bem suas inquietações, reclamações, insatisfações, sonhos, desejos e alegrias. Mostraram também o reflexo do acesso precário a uma educação formal de qualidade, representado, sobretudo no material escrito, mas que em nada comprometeu o

acesso ao que pensam e como refletem sobre a realidade.

Ao final dos encontros, os/as adolescentes avaliaram muito bem a proposta das escutas e mencionaram o quanto sentem falta de serem escutados pelos adultos. Muitos pediram para ter outros momentos como esse, bem como que se alargasse o tempo das facilitadoras e estadia pelos locais das escutas<sup>25</sup>.

## Violência sexual na perspectiva do/as adolescentes

Os/as adolescentes participantes foram provocado/as pelas facilitadoras para expressarem o que percebiam sobre a violência sexual em suas comunidades e no município, mas também o que fazer para resolver a questão.

### Anotações da equipe de campo:

Nessa atividade, os adolescentes foram bastante resistentes. Muitos não quiseram escrever, disseram que preferiam falar. Alguns poucos escreveram. Essas foram as informações que eles/as trouxeram por escrito na atividade. Nas falas foram mais enfáticos/as. As meninas disseram que têm medo de andar, sozinhas, na rua, porque os homens assediam e que por isso não vão

**24. Fonte:** As atividades utilizadas nas escutas podem ser encontradas no livro: SERRÃO, Margarida; BALEEIRO, Maria Clarice. **Aprendendo a Ser e a Conviver.** Editora FTD, 1999.

**25. Fonte:** Relatórios de campo sobre as escutas produzidos pela equipe do Cendhec.

sozinhas às praças, porque se assim estiverem algum homem se aproxima. Quando elas estão andando na rua, os homens passam oferecendo carona e ficam perguntando se elas querem alguma “coisa” para que elas entrem no carro ou subam na moto.

Nas falas delas, ficou evidente que, no município, o assédio sexual é algo presente na vida das crianças e adolescentes, principalmente com meninas. Estas situações podem ser naturalizadas e abrem caminho para situações mais extremas de violência sexual.

*“Eu ouvi dizer que em Ipubi uma menina pegou carona e o homem levou ela pra casa dele. E fez coisa feia com ela”*

*“Eu ouvi dizer que em Ipubi os homens ficam se “enxerindo” para as meninas”*

*“Eu ouvi dizer que em Ipubi tem escolas”*

## Conceitos de violência sexual

### Violência:

- » “Quando alguém faz algo com outra sem permissão”;
- » “Fazer coisa mau com a outra”;
- » “Desrespeito entre ambos os sexos”;
- » “Ir com violência a outra pessoa e fazer coisa erradas”;
- » “Bater numa mulher”;

- » “Forçar alguém a fazer algo que ela não quer”;
- » “Quando alguém passa a mão ou toca aonde não pode tocar (partes íntimas)”.

### Exploração sexual de crianças e adolescentes::

- » “Forçar as crianças e os adolescentes a fazer sexo (pagando)”;
- » “Dinheiro”;
- » “Dormir na casa da pessoa” (fala recorrente – adolescentes que estão sozinhas numa praça, saindo da escola, entre outras coisas, homens as abordam e as chamam para passarem a noite na casa dele e quando a adolescente está dormindo o adulto vai lá e faz coisa errada);
- » “Oferecer viagem”;
- » “Oferecer moradia em troca de relação”;
- » “Oferecer roupa/carona”;
- » “Carona”.

### Violência Sexual:

- » “Forçar alguém fazer algo que ela não quer”;
- » “Pegar a pessoa a força e bater”;
- » “Ameaças para se encontrar”;
- » “Usar os meios de comunicação para mostrar as partes íntimas”;
- » “Ligar para a pessoa ameaçando”;
- » “Ligar marcando pra ir para uma festa, mas é uma armadilha”;

- » “Relação sexual sem ela querer”;
- » “Estupro”;
- » “Práticas sexuais que ela não quer”

## Escutas com Famílias

### Considerações gerais sobre as escutas com famílias<sup>26</sup>

O número total de participantes no trabalho em campo com as famílias foi de 34 pessoas, sendo 02 do sexo masculino e 32 do sexo feminino. As famílias apresentaram um bom conhecimento sobre violência em termos gerais, bem como os conceitos de violência sexual, fazendo a distinção entre abuso sexual e exploração sexual dentro do seu repertório de conhecimento e experiência.

As participantes - em sua grande maioria, os grupos foram compostos por mulheres - apontaram dois aspectos fundamentais na compreensão e possibilidades de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. O primeiro deles é que a maioria dos agressores são familiares próximos das vítimas (pais, tios, avôs) e, o segundo, que o fenômeno da violência sexual se sustenta muito na naturalização da violência e culpabilização das vítimas.

Chamaram a atenção para os casos de violência sexual que acontecem virtualmente pelo acesso

às redes sociais. Elencaram a situação financeira precária como um dos motivos da exploração sexual uma vez que, em muitas das ocasiões, contam com o incentivo, conivência e facilitação dos pais/responsáveis como forma de obter algo que supra, minimamente, as necessidades das famílias. Colocaram também que a falta de informação e o fato da criança ser mais vulnerável, colaboram para a ocorrência da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Quando questionadas sobre como o problema da violência sexual contra crianças e adolescentes poderia ser solucionado ou minimizado, as famílias elencaram as seguintes sugestões: ter mais acesso à justiça; que pais e responsáveis deveriam ficar mais atentos aos filhos; identificaram o Conselho Tutelar como um equipamento importante para denúncia dos casos de violência; afirmaram a importância de conscientizar os adultos sobre o tema; apontaram a necessidade de creches (para ter pessoas de confiança com quem deixar os filhos); ter cuidado com as redes sociais; contar com oportunidades de emprego; orientar e informar as crianças e adolescentes, bem como impor mais limites às mesmas.

### Desenvolvimento das atividades de escuta (metodologia, considerações sobre os encontros e avaliação das famílias)

Tal como as escutas com adolescentes, os encontros com as famílias foram construídos com o objetivo de fomentar a participação e o protagonismo das

**26.** Relatório sobre as escutas de adolescentes e famílias. Equipe do Cendhec

participantes. O planejamento das atividades tomou como norte um roteiro composto por apresentação, chuva de ideias sobre o tema, apresentação dos conceitos a partir da fala e da experiência das famílias e avaliação do encontro.

De um modo geral, as famílias avaliaram bem os encontros destacando a aquisição do aprendizado sobre o tema. Colocaram o desejo de que a equipe retornasse outras vezes para discutir mais sobre o assunto e que a duração dos encontros fosse maior. Outro aspecto pontuado nas avaliações foi a importância dos encontros contarem com uma participação maior de famílias, visto que muitas não puderam comparecer por motivos diversos. Os profissionais dos espaços, em que foram realizadas as escutas, afirmaram que a adesão das famílias às atividades em grupo costuma se mostrar comumente como um desafio.

O grupo foi composto por 07 mulheres do Programa Primeira Infância e todas estavam acompanhadas por seus bebês<sup>27</sup>. Demonstraram um bom conhecimento sobre o tema, trazendo exemplos a partir da realidade do município, mesmo que, inicialmente, tenham se mostrado bem tímidas para falar. Houve uma colaboração da equipe presente para dar um suporte no cuidado aos bebês para que elas pudessem participar melhor.

Apontaram como pontos positivos, o fato de falarmos sobre um assunto esquecido na escola e em casa. Outro aspecto analisado foi que o encontro tratou o tema de forma esclarecedora e ajudou a orientar

as famílias sobre os filhos. Avaliaram como aspecto negativo, o fato de não saber se teria outros encontros e que o tempo foi curto. Acrescentaram a importância de chamar mais pessoas para um evento maior como uma palestra e que a equipe voltasse para outros encontros

### **Violência sexual na perspectiva das famílias**

#### **O que entendem (pensam, lembram, escutam) por violência sexual**

- » “Mostrar as partes”;
- » “Violência contra o idoso”;
- » “Passar a mão em outra pessoa sem o consentimento”;
- » “Violência sexual pela internet”;
- » “Pedofilia; atos obscenos”;
- » “Violência doméstica”;
- » “Violência na rua/casa contra a mulher”;
- » “Mulher viúva casa com esses cabras novos que ficam abusando os filhos”;
- » “Um namorado força”;
- » “Passar a mão nos peitos e partes íntimas”;
- » “Sequestro”;
- » “Abuso verbal”;
- » “Um homem que ofereceu R\$ 100 e forçou ela”;
- » “Pega a criança, puxa e beija”;
- » “Violência contra bebês”;
- » “Violência contra meninos de 06 anos e às vezes até morte”.

**27.** O grupo que estava, inicialmente, previsto para participar da escuta não pôde comparecer, pois ficaram sem o transporte que havia sido articulado pela prefeitura. Desse modo, foram articuladas outras famílias, de última hora, para participar, o que levou a um atraso para o início da atividade.

**Sobre que sabiam, entendiam ou ouviram falar sobre as possíveis causas da violência sexual contra crianças e adolescentes:**

- » “Tem gente ruim no mundo”;
- » “Deixar criança só”;
- » “Pessoas com problemas”;
- » “Justiça que é falha”;
- » “Vizinho sem confiança”;
- » “Mãe, pai manda comprar uma coisa, aí vem um elemento e carrega”;
- » “Bebida e drogas”;
- » “A família não é de confiança (o irmão)”;
- » “Pais que não conversam, não alertam; deixar ir para a festa sem adulto”;
- » “Família que usa os filhos em benefício próprio”;
- » “Deixa o filho para ir farrar; tem relação na frente das crianças”;
- » “Liberdade até demais que os pais dão”;
- » “Por necessidade”.

**Sugestões para resolver a questão:**

- » “Melhorando as leis” (prender e deixar preso);
- » “Melhorar a situação financeira das famílias”;
- » “Ter psicólogo nas escolas para avaliar crianças e adolescentes”;
- » “O conselho tutelar ficar mais atento (às vezes recebe denúncia e não faz nada)”;
- » “Conversar mais com crianças e adolescentes”;
- » “Ter mais campanhas para falar mais sobre o assunto e as famílias ficarem mais alertas (às vezes o perigo está em nossa casa)”.

# Conclusões

Em todas as informações recolhidas nos municípios, o abuso sexual aparece como a principal violência notificada pelos órgãos existentes, responsáveis pela proteção deste público. A exploração sexual aparece citada em todas as falas, mas está claramente subnotificada.

Nesta região, índices relacionados à exploração sexual comercial e exploração laboral de crianças sempre foram altos. Apesar da subnotificação, diversas referências de pesquisas mostram, e por meio dos resultados de trabalho de campo, que crianças e adolescentes são inseridos em um ciclo quase que permanente de reprodução da violência. Diversos fatores contribuem para que esta situação se perpetue.

Há uma percepção, compartilhada por gestores, técnicos e diferentes profissionais do SGD da existência de violência sexual contra crianças e adolescentes nos municípios e a obrigação de enfrentá-la. Sabe-se, inclusive, onde a violência acontece, quem são os principais autores e os encaminhamentos que são feitos para o atendimento do que chega ao sistema. Há ações em curso, mas funcionando de maneira não articulada.

As pessoas, em geral, parecem ter a percepção de que o caminho para enfrentar a violência sexual passaria por geração de emprego e renda para

jovens e famílias, acesso aos equipamentos sociais de educação, saúde e proteção. Uma articulação da sociedade civil, em um trabalho consistente de advocacy, por maiores recursos para políticas sociais básicas seria parte do caminho andado em busca de solução. Além disso, o apoio do governo em ações estratégicas de combate e responsabilização também seria outra parte das soluções, mas há fragilidades dos dois lados e falta articulação estratégica, inclusive intermunicipal.

As indústrias e o setor de serviços poderiam colaborar mais efetivamente para o verdadeiro desenvolvimento local - parece haver pouco ou quase nenhum investimento para as atividades que possam gerar renda e trazer perspectiva, principalmente para jovens e mulheres de forma que, numa atuação integral, se consiga mudar os baixos índices de desenvolvimento humano que marcam a região do Araripe. Por mais que exista desarticulação no contexto local, o fato de existirem instituições que compõem o SGD local, tais como o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), CREAS, CRAS e outras ligadas ao sistema de justiça (promotoria, vara, etc.), além de conselhos tutelares, denota um grau de institucionalidade que ajuda no combate à problemática e só precisa de reordenamento.

O que parece comprometer a qualidade do enfrentamento da violência é a ausência de discussão crítica, informada com base em dados concretos sobre a questão. Há baixo investimento em capacitação na área de enfrentamento a crimes desta

ordem, falta de pesquisas e diagnósticos locais, e uma agenda articulada de discussão e formação do SGD. A maioria dos entrevistados parece se utilizar do senso comum para discutir sobre este tema, trazendo para o discurso posicionamentos morais e pessoais. Não existe uma política municipal de capacitação permanente dos profissionais para melhorar o atendimento ou até mesmo o diagnóstico, quando crianças e adolescentes sofrem abuso e/ou exploração sexual, sendo este o principal problema a ser enfrentado para que alcancem melhores resultados nos programas realizados.

Os processos de formação, quando existentes, precisam ser fortalecidos e pensados estrategicamente. O que vimos foi uma série de iniciativas que, em determinados momentos, chegam para os profissionais da rede de atendimento, mas, em outros, são interrompidas. Um ciclo de formação, baseado em temas de interesse para o crescimento profissional e no que necessita ser entendido da realidade local precisa ser desenhado pensando em todos os municípios. O vínculo com o global precisa ser feito com o conteúdo local para entender a violência como fenômeno internacional e também como um problema de saúde pública. É necessário para visibilizar o que está acontecendo nesta região. Além disso, é fundamental incorporar, na formação dos agentes locais e ações de enfrentamento, outras formas de violação de direitos que comumente não são percebidas enquanto tal, como a LGBTfobia, o feminicídio e o preconceito contra meninas em situação de Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (ESCCA), por exemplo.

A criação de protocolos e fluxos que facilitem e reforcem o sistema de referência podem apoiar a eficácia e a efetividade dos serviços; a divisão de responsabilidades e atribuições de papéis, de modo a não haver superposição e/ou desvios de funções também é um esforço de planejamento que vale a pena. É urgente a criação de um sistema de vigilância e notificação, compartilhado, informatizado e de fácil acesso aos envolvidos no atendimento à violência.

É fundamental o fortalecimento dos CMDCA e dos Conselhos Tutelares locais. Muitos órgãos entrevistados nos municípios sequer sabem se existe ou não um Plano de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, e, quando

sabem, o plano sequer está sendo monitorado ou mesmo cumprido.

Por fim, é imprescindível que o desenho de ações para futuros projetos de enfrentamento à violência sexual contemple aspectos específicos dos municípios – em alguns, diagnóstico, mapeamento, linha de base; em outros, maior investimento em formação básica; em outros ainda, aprofundamento de questões em que já existe a formação; em outros, trabalhos de advocacy junto com movimentos sociais locais. Tudo isso pode vir de um segundo passo, que é aprofundar a investigação do que está sendo feito ou no que precisa ser criado por cada município, tanto pelo governo como pelas iniciativas da sociedade civil..

# Recomendações para Ipubi

## Diagnóstico

- » É urgente realizar um mapeamento aprofundado a partir da realidade do município, com os dados já existentes, identificando casos, áreas geográficas que oferecem mais riscos e perfil dos agressores para alimentar o planejamento de ações estratégicas, inclusive com a construção de indicadores para o monitoramento;
- » É urgente e fundamental investigar o porquê do registro da violência, no município, ser tão baixo, tanto para órgãos locais como na SDS.

## Plano Municipal, ações estratégicas de combate à violência

- » O Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes deve ser o grande pilar de planejamento de ações estratégicas, no qual governo e sociedade civil caminham, em conjunto, investindo em serviços, atividades, campanhas, ações de repressão, educação e sensibilização;
- » A maioria dos órgãos entrevistados participou da elaboração e é envolvida no monitoramento do Plano. É preocupante a Secretaria de Educação não saber da existência deste documento. É

importante saber o motivo pelo qual nem todos os órgãos do SGD local desconhecem o plano. Isso pode ser um indicador de pouca visibilidade, falta de comunicação entre os setores do SGD, pouco entendimento da função de um plano municipal de enfrentamento, falta de interesse, entre outros;

- » O plano deve existir ou ser fortalecido e avaliado, sistematicamente, além de ser monitorado por um grupo multissetorial, de preferência a partir de um conselho municipal instituído.

### Reordenamento institucional

- » Por mais que tenha desarticulação no contexto local, o fato de existirem instituições que compõem o SGD local, tais como CMDCA, CREAS, CRAS e outras ligadas ao Sistema de Justiça (Promotoria, Vara, entre outros), além de Conselhos Tutelares, denota um grau de institucionalidade que ajuda muito no combate à problemática;
- » Mas é necessário um reordenamento das instituições no sentido de uma compreensão do seu papel no sistema de garantias, adequação a um planejamento estratégico para otimizar seus recursos humanos e materiais e investir em formação continuada voltada para a problemática local.

### Formação

- » É fundamental o aprofundamento nos temas ligados aos direitos de crianças e adolescentes, principalmente os que dizem respeito à sexualidade, diversidade, novas formas de violência, tecnologia e participação. Os

profissionais precisam se atualizar, se reciclar e se capacitar para trabalhar com metodologias participativas e que valorizem a expressão e o interesse de crianças e adolescentes;

- » Um ciclo de formação precisa ser desenhado, baseado em temas de interesse para o crescimento profissional individual e coletivo, no que necessita ser entendido da realidade local com vínculo com o global, a fim de entender a violência como fenômeno internacional e como um problema de saúde pública. Temas específicos direcionados para a prevenção, atenção e responsabilização precisam ser, sistematicamente, aprofundados com os profissionais ligados ao SGD;

### Advocacy

- » Uma articulação da sociedade civil em um trabalho consistente de advocacy (influenciamento político) por maiores recursos para políticas sociais básicas é parte do caminho andado em busca de solução. Mesmo com uma sociedade civil organizada resumida em poucas organizações sociais, é preciso incentivar ações que sejam impulsionadas a partir delas e que acabem por envolver a comunidade local. Além disso, os conselhos locais podem ser provocados também;
- » As empresas também precisam ser provocadas para dar apoio e investir em reparar os danos causados ao meio ambiente e à população local;
- » Instâncias internacionais de Direitos Humanos, Organização das Nações Unidas (ONU) e Observatórios Internacionais precisam ser

acionados para que o advocacy seja reforçado e o polo gesseiro torne-se um caso de violação de direitos humanos contra crianças, adolescentes e suas famílias.

#### **Fortalecimento e apoio a crianças e adolescentes**

- » É imprescindível que mais serviços de apoio direto sejam criados e fortalecidos – a Rede de Proteção só funciona se atender, com eficiência, ao seu principal público: crianças e adolescentes. É fundamental que existam projetos de incentivo à participação deles na busca de soluções e que consigam se fortalecer para fazer denúncias;
- » É muito importante que sejam desenhadas ações “amigáveis”. Os jovens precisam compreender, em linguagem acessível, o problema e o que pode ser feito para minimizá-lo. Também podem ser agentes para trabalhar com outros jovens e precisam de incentivo, de materiais disponíveis e de adultos com capacidade para trabalhar com eles.

#### **Trabalho com famílias**

- » Parte do problema da naturalização da exploração e do abuso sexual vem da cultura local e da falta de conhecimento sobre os marcos normativos sobre crianças e adolescentes. Mais iniciativas que envolvam a população, tais como visibilidade para a realidade da violência no município, campanhas e ações envolvendo as famílias (inclusive de bom trato e atenção às crianças) devem ser empreendidas.

#### **Recomendações a partir da devolutiva no município:**

Verificar, aprofundadamente, o porquê da notificação na SDS ser tão baixa, assim como nos órgãos de atendimento local.

# Referências bibliográficas

BRASIL, Ministério da Mulher, da família e dos Direitos Humanos. **Crianças e Adolescentes: Balanço do disque 100 aponta mais de 76 mil vítimas.** Brasília: MMFDH, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/todas-as-noticias/2019/junho/criancas-e-adolescentes-balanco-do-disque-100-aponta-mais-de-76-mil-vitimas>> Acesso em: 20 de jun. de 2020..

CHILDHOOD; BRASIL, Polícia Rodoviária Federal. **MAPEAR 2017/2018:** Mapeamento dos Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras. São Paulo: CHILDHOOD; Brasília: PRF, 2018. Disponível em: <<https://www.prf.gov.br/agencia/wp-content/uploads/2018/05/Mapear-Cartilha.pdf>> 20 de jun. de 2020.

FONSECA, Homero. **Pernambucânia:** o que há nos nomes das nossas cidades. Recife: CEPE, 2009.

GALVÃO, Sebastião de V. **Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco.** Recife: CEPE, 2006. v. 1  
PERNAMBUCO. Tribunal de Justiça. História das Comarcas Pernambucanas. 2ª Ed. Recife, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.** Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: < [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101709\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101709_informativo.pdf) > Acesso em: 20 de jun. de 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua:** Notas Técnicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: < [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101708\\_notas\\_tecnicas.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101708_notas_tecnicas.pdf) > Acesso em: 20 de jun. de 2020.

IDEARIO CONSULTORIA; THE LUCY FAITHFULL FOUNDATION. **Violência Sexual contra Crianças e adolescentes em Recife e Pernambuco:** Relatório 2020. Recife: Ideario Consultoria. <<https://ecsa.lucyfaithfull.org/sites/default/files/VSCCA%20Recife%20e%20Pernambuco%20Relatorio%20Final.pdf>> Acesso em: 20 de jun. de 2020..

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2019.** Rio de Janeiro: INEP, 2019. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>> Acesso em: ???

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2018.** Rio de Janeiro: Ipea; IBGE, 2018. 97p. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/180604\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2018.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf)> Acesso em: 20 de jun. de 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). **SINAN – Sistema de Notificações de Agravos e Notificação.** Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinanet/cnv/violebr.def>. Acesso em: 2 ago. 2020.

OPAS – Organização Panamericana de Saúde. **Folha Informativa: Violência contra as mulheres.** Brasília: OPAS Brasil, 2017. <[https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5669:folha-informativa-violencia-contra-as-mulheres&Itemid=820](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5669:folha-informativa-violencia-contra-as-mulheres&Itemid=820) > Acesso em: 20 de jun. de 2020

PERNAMBUCO, Secretaria de Desenvolvimento **Econômico. Economia Regional: Sertão do Araripe.** Recife: SDEC, 2019. < <http://www.sdec.pe.gov.br/blog/24-mapa-do-site/163-sertao-do-araripe>.> Acesso em: 20 de jun. de 2020.

PNUD BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano:** Araripina. Brasília: PNUD Brasil, 2019. Disponível em: [http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/ipubi\\_pe](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/ipubi_pe). Acesso em: 2 ago. 2020.

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL (Pernambuco). **Relatório de vítimas contra a dignidade sexual de 0 a 17 anos.** Recife: SDS, 2018. Sistema INFOPOL. Base de dados criminais do estado de PE. Disponível em: <http://www.pe.gov.br/secretarias/secretaria-de-defesa-social/>. Acesso em: 02 ago. 2020.

SIMPÓSIO POLO GESSEIRO DO ARARIPE - POTENCIALIDADES, PROBLEMAS E SOLUÇÕES., 2014, Recife. **Relatório [...].** Recife: APCA; SINDUGESSO; SBPC-PE; IPA; ITEP, 2014. 22 p. Disponível em: <<http://www.ipa.br/novo/arquivos/paginas/1-Relat%C3%B3rio%20apresenta%C3%A7%C3%B5es.pdf>> Acesso em: 02 ago. 2020.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro de Educação Básica 2019.** São Paulo: Editora Moderna, 2019. 180 p. v. 8. Disponível em: < [https://www.todospelaeducacao.org.br/\\_uploads/\\_posts/302.pdf](https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/302.pdf) > Acesso em: ???.



Realização



Apoio



Parceria

